MESA 1: RELATORIA

CARMEM GUARDIOLA¹
UFRGS

Na manhã do dia 09 de novembro de 2015, na mesa de abertura, a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Patrice Schuch, apresentada pelo professor Sergio Baptista, inicia o seminário agradecendo aos ouvintes e participantes da pós-graduação em Antropologia, que dividem suas experiências do processo de implantação de políticas afirmativas, com suas vivências; e aos que lutam para que estas experiências possam ser incentivadas. Coloca que, para a pós-graduação da UFRGS, o que interessa são os desafios que estas políticas trazem, e que desde 2014 vem realizando alguns esforços para esta implantação. Para isso foi criado um grupo de trabalho (GT) de políticas afirmativas, coordenado pelo professor Sergio Baptista, com participação de Emerson Giumbelli, Denise Jardim, Miguel Herrera (representante dos alunos). Diz ser o seminário resultado de um esforço deste GT para incentivar a reflexão e a implantação e institucionalização das políticas de ações afirmativas. Fala também sobre o processo de criação de um comitê de acessibilidade e permanência de pessoas com deficiências na semana anterior a realização deste seminário, depois de uma moção apresentada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Enfatiza a necessidade de se discutir os desafios colocados para a pós-graduação e para a universidade, reiterando o compromisso de transformação das estruturas institucionais e, principalmente, o de

¹ Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da mesma universidade. E-mail: guardiolars2@gmail.com.

fomentar redes de colaboração na busca por um esforço amplo e coletivo para a transformação de estrutura e subjetividades. Ressalta como exemplos a falta de incentivo, a falta de financiamento para comparecimento de algumas pessoas neste seminário, por não serem inscritas com professores de universidades; exemplo de estruturas que precisam ser modificadas para que aconteça a incorporação de outros saberes e ontologias dentro da universidade. Agradece a outros programas de pós-graduações pelo esforço que fizeram para financiar a participação de outros estudantes, para que pudessem compartilhar suas experiências, e à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ/UFRGS), pelo financiamento concedido para a realização do seminário.

A coordenadora diz sobre sua felicidade em participar do encontro e menciona um texto decorrente de um seminário da Universidade de São Paulo (USP) em 1994, organizado pelo Wagner Gonçalves da Silva, com título *Antropologia e seus espelhos*. Seminário este em que um dos participantes era Ailton Krenak, e feito para conhecer como as pessoas estudadas pela Antropologia, ou seja, o objeto de estudo da Antropologia no sentido clássico e hegemônico, encaravam a experiência de terem sido estudados; no que Ailton diz: “Agora, se existe na cultura ou tradição como esta dos brancos, que é ocidental, uma motivação para especializar alguém para estudar e esmiuçar a cultura do outro, esta motivação pode ser verdadeira e positiva no sentido de uma busca de um conhecimento mais enriquecedor para a experiência humana e mais aproximador verdadeiramente das pessoas. Mas eu sempre fico com a desconfiança de que o motor deste estudo ou pesquisa não é muito uma paixão espiritual, é um esforço de dominação, controle e manipulação. Existe uma recorrência na história dos povos de conhecer para dominar. No meu povo a gente não tem antropólogo. Eu conheço poucas tribos que têm antropólogo. Será que as culturas tribais nunca desenvolveram esta ciências porque são assim meio moles e distraídas ou porque elas não estão interessadas em desenvolver instrumentos de dominação de outra cultura ou de outro povo? A impressão que tenho é que uma parte da humanidade foi feita para desaparecer e outra para ficar. A que foi feita para ficar tem antropólogo, musicólogo, etnólogo, arquiteto, tem ‘ólogo ólogo ólogo’. A que foi feita para desaparecer tem objeto de pesquisa”.

Patrice traz esta fala para pensar os mecanismos de permanência e modificações na estrutura da pós-graduação, que são tensas e difíceis, já que a participação indígena, por exemplo, não será apenas como objeto de pesquisa. Esta transformação é um desafio para todos. Encerra sua fala agradecendo a participação e disposição de todos nesta luta para tornar realidade estas políticas.

Terminada fala de Patrice, o professor Sergio Baptista passa a palavra para Antonio de Souza Lima, presidente da ABA.

Antonio C. de Souza Lima começa desejando um bom dia a todos e agradecendo pelo convite para participar do seminário, na mesa de abertura, como presidente da ABA. Antonio propõe olhar para o passado e ver que este tema, o racismo, dividiu a Antropologia brasileira durante um bom período; o Brasil iria se tornar racista ou não. Diz que trabalhou dez anos com fomento à educação superior de indígenas e, como presidente da ABA, vê, neste momento, que estas questões foram reconfiguradas, não exatamente superadas; e isto não tem a ver com a lei federal que estabelece cotas e que teve efeitos complicados, principalmente para formas diferenciadas no acesso de indígenas a cursos superiores.

Em 2002, foi criada pela ABA, criou uma comissão de relações étnicos-raciais, como forma de proteção para algumas discussões sobre cotas e ações afirmativas que estavam despontando, e se sente muito contente por ter podido “descriar” esta comissão. Muita coisa interessante foi produzida por ela, mas era uma comissão-tampão. Hoje este tema tem sido discutido como fundamental da ordem do dia. Menciona uma mesa que fará parte, sobre antropólogos de países periféricos sentirem-se ou não exotizados, e refere-se a questões a que não há como escapar como produtores de conhecimento, sobre um conjunto de interpelações que até então foram pouco feitas.

Muita coisa vem sendo feita fora da Antropologia, na Educação, nas Ciências Sociais, como experiências recentes, novas, e sobretudo, ao mesmo tempo, pouco apoio e pouca coisa sendo feita nesta direção, vincula isto à dependência ao governo federal. Termina dizendo ficar feliz em falar e trabalhar sobre este tema sabendo que está para ficar e podendo encará-lo, pois as ações afirmativas são parte fundamental para a transformação da vida universitária e só trarão ganhos.

A palavra agora é passada para Francisco Apurinã.

Francisco saúda em sua língua nativa e é respondido por todos. Se apresenta dizendo ser do povo apurinã, do sul do Estado do Amazonas. Agradece aos organizadores do evento e ao presidente da ABA. Pensa ser relevante este evento não só para a academia, mas também para os povos indígenas e outros. Retoma a fala de Patrice, sobre o que disse Ailton Krenak sobre os “ólogos”, falando sobre sua experiência como selecionado e fruto destas ações afirmativas como doutorando da Universidade de Brasília (UnB); que, quando foi selecionado, conversou com sua comunidade, seu pai cacique que disse: “A gente não queria que você fosse, não acho que você já tá bom, já dá pra nos representar. Mas já que você quer ir, então vá, estude os brancos agora. Estamos cansados de ser pesquisados. Vai lá e estuda os brancos”. Apurinã acredita estar fazendo isto na universidade e que também é uma troca de conhecimento, um nativo no contexto, como no seu caso, e as pessoas que só ouvem falar de uma aldeia e um povo através de documentários e livros e a universidade só têm a ganhar com os indígenas.

A fala agora é de Larisse Pontes, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Cumprimenta a mesa e fala do seu prazer em estar junto. Assim como Francisco, diz ser fruto destas ações. Estabelecer diálogo é importante, a seu ver, para pensar diferente, pensar a partir de outros lugares, construir conhecimento a partir de outros lugares.

O professor Sergio Baptista da Silva retoma a palavra para alguns esclarecimentos quanto à organização do seminário, sobre a fundamentação da proposta do seminário e diz que a Comissão de Ações Afirmativas da Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS) da UFRGS tem como objetivo contribuir para a instituição e consolidação das ações e políticas afirmativas para inclusão de indígenas, negros e pessoas com deficiência e um ensino superior de qualidade, especialmente na pós-graduação. A criação de um fórum institucional para discussão sobre ingresso e permanência nas universidades. O seminário reúne representantes dos alunos de Antropologia e outras disciplinas que estão desenvolvendo políticas afirmativas, de diversas regiões do país. Estes passam por estas experiências e trazem uma ampla discussão, trocas e inter-aprendizagem e para ajudarem a compreender os desafios na

construção destas políticas na UFRGS e na Pós-Graduação em Antropologia Social. Fala sobre a estrutura do seminário, que acontece em dois momentos articulados entre si. O primeiro dia com duas mesas, uma pela manhã e a outra na tarde. Trazem experiências institucionais docentes e discentes e suas reflexões, havendo após discussão com a plenária. No segundo dia, mesa pela manhã com relatos de experiências na UFRGS da Coordenadoria de Ações Afirmativas.

Em seguida o professor Sergio Baptista faz o detalhamento da primeira mesa pela manhã do seminário. Será constituída pelo professor Antonio C. de Souza Lima, do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), aluno Anderson Lucas da Costa Pereira (MN/RJ), que apresentará por *Skype* devido a dificuldades na vinda de alguns estudantes por falta recursos financeiros da universidade. A professora Marcela Coelho de Souza (UnB), doutorando Francisco Apurinã (UnB) e a professora Ana Freitas, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Finalizando a mesa, Ailton Krenak.

A segunda mesa terá as presenças da professora Antonela Tassinari (UFSC), da aluna Larisse Pontes (UFSC), mestrando Willian Conceição (UFSC) e do professor Raimundo Nonato P. da Silva, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Por *Skype*, a doutoranda Rosilene Fonseca Pereira Piratapuya (UFAM) e Rosane de Fátima Fernandes Kaingang (UFPA).

Da terceira mesa, no dia 10, pela manhã, estarão participando especialmente as pessoas ligada à UFRGS.

Sergio Baptista observa que foi pedido, como uma expectativa da Comissão, na apresentação de cada participante, em seus depoimentos, uma avaliação sobre processo seletivo diferenciado no seu programa de pós-graduação, os critérios. Uma avaliação sobre a necessidade de algum mecanismo de acolhida antes da participação do aluno nas disciplinas e uma avaliação sobre as medidas relacionadas à permanência e ao acompanhamento deste aluno selecionado por ação afirmativa no programa (idioma, tutor, bolsas e outros).

São convidadas para a mesa onde já estão Antonio e Francisco as professoras Marcela e Ana; haverá participação de Anderson por *Skype*; encerrando a mesa, Ailton Krenak.

Dando início, Antonio fala sobre a expectativa no seminário sobre sua participação em relação à política de acesso diferenciado das ações

afirmativas na Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, mas que não teve nenhum envolvimento na formulação desta política, onde o protagonismo dos alunos foi essencial. Sempre foi a favor, e que trabalha há bastante tempo, mas alguns impasses permanecem acontecendo e estão longe de serem resolvidos. Sua experiência é basicamente com alunos indígenas. Recupera no tempo seu trabalho para falar sobre sua experiência de orientação. No Laboratório de Pesquisas em Etnicidade Cultura e Desenvolvimento (LACED, viram-se envolvidos com políticas indigenistas no início dos anos 2000, desenvolvendo um projeto, como resultado de uma discussão dos anos 90 sobre entrada, suporte e fomento de indígenas no ensino superior. Este projeto contava com financiamento da Fundação Ford – Caminhos para educação superior – que aqui no Brasil executou o programa *Políticas da Cor*, implementado pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este programa estimulava o pré-vestibular entre negros e carentes para acesso às universidades e trazia a discussão sobre cotas.

A Fundação Ford cria o programa internacional de bolsas, implementado pela Fundação Carlos Chagas. Foi por este programa que os primeiros bolsistas, indígenas e negros, chegaram à pós-graduação, registrados no site do Programa Bolsa. Quando este programa foi criado, ao melhor estilo filantropia norte-americana, para 23 países, se imaginava que, formando novas lideranças, mudaria-se o perfil das lutas sociais e promoveria uma mudança social. Descobriu-se que não haviam pessoas para acessar a pós-graduação porque não conseguiam entrar na universidade. Criaram, então, sob esta perspectiva funcionalista de mudança social, *Caminhos para Educação Superior*, com a ideia de transformar, não indivíduos para a pós, mas as instituições, elas transformariam a sociedade. Este programa foi implantado diretamente pela Ford, e como encontraram problemas procuraram quem pudesse repassar os recursos financeiros. O programa foi fechado e encaminhado. E a partir daí começa o trabalho nas universidades.

A dificuldade na educação indígena no Brasil, diferentemente de outros lugares, aconteciam não no acesso à pós-graduação, mas sim na graduação, pois o problema estava no ensino médio. Porque a política na educação indígena é voltada para o ensino fundamental, ficando o ensino médio por conta de cada um. Os primeiro alunos que chegaram à

universidade chegaram por caminhos diferentes, por ensino de tele-curso de segundo grau, em seminário e escolas longe de suas terras indígenas. Isto tudo acontecendo graças a uma rede de apoio de algumas famílias.

Com isso, Antonio diz chamar a atenção para a questão do ensino médio para pensar a pós-graduação. Neste período havia o programa internacional de bolsas para pós-graduação, mas com acesso ao mercado de trabalho indefinido. Portanto a questão da pós-graduação veio ligada à formação de professores indígenas, com a expansão da licenciatura intercultural. Mas havia também uma consciência, nos anos 80, sobre a formação de indígenas para a gestão de seus territórios, que era uma outra preocupação.

O Programa Internacional de Bolsas fazia uma seleção rigorosa e exigia participação, engajamento e militância. Oferecia cursos de línguas (português) com um ano de preparação antes da entrada na pós-graduação, aqui Antonio diz não defender esta ideia, mas quer pautar a história por achar ter sido muito importante naquele momento onde o acesso não era diferenciado mas pela capacidade de cada um em passar pelas seleções universais. Este é um problema que não se consegue resolver no Brasil, o de bolsas de valores diferenciados para suporte em uma etapa pré-pós-graduação. O que parece a Antonio é que o sistema geral de acesso permite a entrada sem tempo diferenciado, sem bolsa diferenciada e estrutura diferenciada. Observa que, de uma forma geral, nacional, a UFRGS está numa posição privilegiada, comparando à sua universidade, diz ser de uma seriedade superior, pois na sua não existe política de reitoria, o problema é resolvido na assistência estudantil, sem nenhuma diferença.

Se “ação afirmativa” é reconhecer diferença e necessidade de suporte para esta diferença, pensa que em quase nenhuma universidade isto acontece. O que acontece são redes informais de apoio com os alunos e que poderiam ser estimuladas pela instituição e pelos orientadores. Além desta relação entre alunos, o que acaba resolvendo as dificuldades na permanência do aluno é a relação entre orientador e orientando. Frisa que não temos no Brasil uma cultura como a dos americanos, que ajudam colegas estrangeiros. É preciso que haja organização para reivindicação destas condições, mesmo que o cenário nacional hoje seja difícil e que faça isso parecer utópico, e afirma que é

de utopias que se faz a vida; e que a presença indígena coloca questões, demandas fortes ao modelo de formação em Antropologia, que apresenta um modelo de clássicos teóricos. Para os indígenas não faz sentido esta apresentação de clássicos, ou deveriam, por exemplo, ser mostrados como uma cadeira de história da Antropologia, mostrando como ela se constituiu. Como deveria ser esta formação, é uma questão a ser pensada. Como um campo se constituiu através de teorias específicas e não como um campo de saber se estruturou. Lembra que a Antropologia no Brasil, em sua história, nunca lidou com raça. Reitera que todas as deficiências são trabalhadas na relação de orientação. E que não pode ser criado um curso paralelo de Antropologia, mas que seria muito importante para contemplar a diferença como ela é.

Espera que a melhora aconteça com o retorno que os alunos de pós-graduação devem dar e pensar questões como o racismo institucional e a estrutura universitária que acabam por tornar questões menos intensas em questões difíceis para estes alunos. Encerra sua fala, mas aguardando o debate para pensar mais.

A seguir, a intervenção de Anderson, que acabou acontecendo pela leitura de um texto escrito por ele e lido pelo Sergio Baptista, e não por *Skype*, como era esperado. Sua narrativa conta sobre o acesso afirmativo à pós-graduação no Museu Nacional do ponto de vista dos optantes. Se diz optante negro no programa do Museu Nacional e sente-se triste por tratar deste assunto; não o acesso afirmativo, mas o racismo em um país constitucionalmente democrático e igualitário, mas só constitucionalmente. Narra sua experiência no acesso ao curso de mestrado em Antropologia Social. Começando a partir da conclusão do ensino fundamental em Belém do Pará, as dificuldades para entrar em um curso de ensino médio com renda salarial familiar baixa e tendo que passar por uma seleção rigorosa que incluía línguas estrangeiras (inglês e francês) que nunca estudou. As várias vezes que tentou passar no vestibular sem êxito e a tentativa de cursar em uma faculdade particular com todas as dificuldades possíveis de uma família que não tinha renda, pois sempre contou com o apoio da família, de seus pais.

Cursou por seis meses a faculdade de Direito, até que faltou dinheiro para continuar, quando tentou acesso pelo Prouni, mas este não

lhe deu acesso para o curso de Direito e sim Administração. Seu ingresso é marcado pelo racismo em aula, era quase sempre o único aluno negro.

Seu testemunho vai até Santarém, onde começa uma nova graduação, em Antropologia. Depois trabalha em um projeto de extensão, agora em Antropologia Social; por fim, o mestrado no Museu Nacional pelo acesso das ações afirmativas. Anderson expõe sua trajetória de vida com todos os percalços que um negro vivencia em um país racista, nas escolas, universidades, instituições e salientando que esta trajetória foi construída e percorrida por todos que com ele estiveram e que também se realizavam de alguma forma: seu pai, mãe, irmão, família, amigos, professores.

Anota que falar sobre políticas de ações afirmativas é doloroso mas fortalecedor, pois não se trata do ingresso de somente uma pessoa, mas milhares de sonhos e uma corrente que está ligada a estes sonhos.

Imediatamente a palavra é passada para a professora Marcela, que diz estar duplamente emocionada com este evento extremamente oportuno por tratar de situações das universidades e também situações mais amplas e, segundo suas palavras, onde bate mais forte seu coração, com os povos indígenas. Menciona um acontecido, como forma de desabafo, sobre a situação-limite da luta dos povos indígenas, que cansaram de lutar com papéis e agora estão dispostos a lutar com seus corpos (carta escrita pelos Munduruku, sobre a PEC 215). Iniciou seu envolvimento há pouco tempo com políticas de ações afirmativas, impactada pela demanda dos estudantes na UnB, pois foram eles que levantaram o debate, em 2013.

Quando do ingresso dos estudantes, perceberam que não havia uma política de acolhimento e se questionaram se ela não deveria ter sido elaborada e pensada antes da primeira turma. Este foi o primeiro debate. Mas perceberam que esta política só poderia ser construída na prática, observando os problemas colocados. A política de ingresso na UnB é diferenciada, com reserva de vagas para optantes negros na seleção universal, e diferenciada para indígenas. Para o ingresso, ressalta uma questão central, não basta uma política institucional, o corpo de professores precisa estar convicto e desejar esta política. Neste sentido, dois desafios são enfrentados: o racismo, que penetra as instituições, e os sistemas de avaliações, na forma do discurso do mérito se confundindo

com os índices para medir a produtividade. As relações das políticas afirmativas com os sistemas de avaliações precisam ser observadas, pois há interferências entre elas.

Na situação dos optantes negros, a UnB tem uma seleção universalmente diferenciada, dividida em etapas, onde em algumas delas as bancas desconhecem a condição de optante, chamada de etapa cega, para o mestrado e doutorado. A construção desta política teve a participação de estudantes negros, que também discutiram a nota de corte. Existe a preocupação em a política interferir na qualidade dos ingressantes no programa. A seleção para indígenas acontece em estilo de dossiê, com um documento onde o candidato recupera sua trajetória e outro que coloca suas expectativas, tanto no doutorado quanto no mestrado.

Marcela traz que o princípio norteador na UnB é incorporar ao programa as diversidades de trajetórias e conhecimentos, por exemplo o indígena, que sai do ensino médio na aldeia para a universidade. Existe a possibilidade de ser implementado na UnB, pensando na permanência e na logística de matérias, uma bolsa permanente, que pode ser cumulativa com outras bolsas. Sobre conhecimento de outras línguas na seleção, deixou de ser condição eliminatória; agora o aluno faz o curso durante o programa, tendo que ser aprovado nele. Mas o problema fundamental enfrentado na pós-graduação é a adaptação com as questões trazidas por estes alunos para as salas de aula, alunos que trazem coletivos, projetos de esperança atrás deles. E, principalmente, trazem um outro olhar sobre a Antropologia, de quem foi estudado por ela.

Chega a vez de Apurinã, e ele elogia a carta de Anderson, por retratar a realidade parecida com a dos indígenas para chegar em uma universidade. Administrador de empresas por formação, assim começa sua fala. Francisco Apurinã fez mestrado e agora faz doutorado, mas lamenta não ter feito História, por gostar muito de contar histórias. E conta parte de sua história.

Apurinã vem de uma família onde seus pais tiveram três filhas mulheres e, por uma questão cultural, sua família precisava ter um filho homem. Seu pai é cacique, tinha que passar para alguém e não poderia ser para uma mulher. Com sua mãe há oito anos sem engravidar, seu pai começa a se preocupar e vai falar com o pajé, que é seu bisavô. E o pajé

diz para o cacique levar sua mulher para uma terra firme, diz que lá vai encontrar uma fruta, conhecida por fruta de cobra, que nasce diretamente no chão. E continua dizendo que o cacique vai encontrar mais de uma fruta no chão, mas que o filho tão esperado não era qualquer uma, mas uma que estaria separada das outras; sua esposa comendo a fruta ficaria grávida. Seu pai segue as recomendações e sua mãe fica grávida dele.

Francisco contou este fato de sua vida para falar sobre uma Antropologia contemporânea, lembrando que os clássicos da teoria antropológica têm sua relevância, mas este estudo limita e impossibilita a exposição de um outro conhecimento, no conhecimento que acredita. Para Apurinã, a academia perde muito quando não abre espaço para este outro ponto de vista.

Retoma sua história quando diz que entre os Apurinã a educação é o aprendizado de sua cultura; o homem apurinã com dez anos já deve saber caçar, pescar, fazer roçado e fazer casa. Assim viveu até os doze anos de idade, quando entrou no mundo da escrita e leitura, indo para a cidade, sofrendo influência de pessoas como os fazendeiros, que achavam que ele deveria aprender a escrever. Saiu da vida que gostava, foi tirado dela. Portanto, assim como com Anderson, estes anos vividos foram cheios de conflitos. Era o único índio da sala de aula, entendido como sinônimo de coisa ruim, alvo de gargalhadas...

Um pensamento que lhe ocorria era sobre sua origem, o processo do seu nascimento, na sua cultura, continuidade de seu pai, se perguntava por que seu pai deixou que ele estivesse naquele mundo onde sofria. Até que chegou a juventude, e a vergonha de ser índio é um sentimento que o toma, juntamente com a vontade de desaprender tudo que tinha aprendido junto aos seus na comunidade. O tempo passa e desaprende a falar sua língua, leva isso a seu pai, que o leva para a aldeia. Oito meses, é o tempo que fica na aldeia, tempo para reaprender sua língua e sobre a floresta e a importância dela para os povos indígenas. Toma, a partir deste momento, a sua língua como a primeira e o português como segunda.

Dentro do universo teórico da academia, estudando sustentabilidade, Apurinã observa que este assunto pode ser muito bem definido por ele e pelo conhecimento de seu povo. Na fala de seu pai, que lhe ensina que ao se deparar com um pé de uma fruta que é muito

apreciada por povos que vivem na Amazônia, se ele estiver carregado de frutas maduras, não se deve derrubar o pé nem comer todas as frutas, pois animais que voam também se alimentam dela, umas devem cair para que outros animais terrestres possam comer e outras árvores germinarem e crescerem. E como o Anderson, não está só, traz consigo uma sociedade. Explica que os Apurinã são divididos em dois clãs, e seu nome verdadeiro é Vento Forte, herdado de seu tio, porque culturalmente ele também é seu pai. Seus espíritos auxiliares também o acompanham.

Para ele, Francisco, é bem claro o que quer fazer na Antropologia, pois foi combinado na aldeia, com seus parentes. Pensa em uma Antropologia contemporânea, visando o trabalho do etnólogo, e como deve ser sua atuação em campo junto aos povos tradicionais e seus conhecimentos. Faz uma crítica à academia e a como ela constrói seu saber, seus métodos investigativos de abordagem. Sugere que a abordagem em campo deve ser um mergulho no mundo observado para entender melhor estes modos de ser diferentes. Apurinã se despede alertando que os espíritos da natureza estão se revoltando, e lembra o que aconteceu em Minas Gerais e o vazamento de lama, resíduo de mineração, matando o Rio Doce.

Marcela retoma a palavra em um diálogo com Apurinã para falar sobre estes problemas contemporâneos que os antropólogos devem enfrentar, relacionados à construção de saber em relação com outros saberes e as teoria trabalhadas em aula, já mencionado também por Antonio de Souza Lima, uma genealogia da Antropologia, inclusive nas práticas. Sobre os discursos de outros saberes, diz que não devem referendar teorias acadêmicas e sim a possibilidade de uma aliança entre eles. Fala também sobre dificuldades encontradas dentro da própria Antropologia sobre esta relação com outros saberes, que devem ser trabalhados (a importância destes novos conhecimentos para a academia) antes mesmo de trabalhar no tema ações afirmativas nas universidades. E sobre a fala do Krenak, que não existe índio antropólogo, pois seu saber não é para dominação, a do pai de Francisco, que disse para ele estudar os brancos, a do Gersen Baniwa, que escolheu Antropologia porque é a ciência do branco que estuda o indígena e ele precisava conhecer isso. Pensa que a academia deve deixar que eles nos estudem e que não deve mais ter o “eles e nós” em sala de aula, afinal, esta Antropologia se ergueu

com a permissão destes povos. Deve a diversidade ser considerada tanto no ingresso à universidade quanto na saída. Resultando na diversificação da própria Antropologia, e este discurso deverá chegar também para a formação de docentes.

Ana Freitas, vinda das Ciências Ambientais e tendo feito pós-graduação em Antropologia, vê neste evento uma ótima possibilidade de a pós-graduação se pensar.

Ana lembra a importância de um documento, o acórdão de ADPF 186/2012 do Supremo Tribunal Federal, que está na base da Lei de Cotas e de ações implementadas. Chama a atenção para um ponto do voto do relator que fala sobre o mérito e capacidades e coloca a questão: que capacidades e que méritos a universidade quer pensando em pluriversidade? E que muito é preciso ainda fazer para serem reconhecidas as epistemologias indígenas e mais os campos fenomenológicos que estes povos estão trazendo para dentro da academia. Suas perspectivas de desenvolvimento, e de bem-viver. Fala sobre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e outras que abriram ingresso para estudantes indígenas antes da Lei de Cotas, em 2004, 2005, 2006, como as primeiras experiências. É preciso pensar na graduação antes da pós, e Ana fala sobre educação tutorial e a necessidade de demandar junto ao Ministério da Educação (MEC) novos grupos de educação tutorial para a graduação.

O Programa de Educação Tutorial favorece grupos de estudantes na graduação, que recebem uma bolsa de R\$400, e um tutor docente, que também recebe esta bolsa. Estes grupos trabalham com questões da fenomenologia ameríndia a partir do olhar deste estudante. Este trabalho auxilia o estudante a pensar em seu projeto já ao sair da graduação, projeto este de interesse dos grupos do estudante e na academia um elemento chave na questão do mérito acadêmico. Traz temas centrais que são desafios no programa na UFPR, como mobilidade (também, para além da aldeia, na América Latina, pois alguns indígenas estão em busca de outros campos fenomenológicos e saberes de outros povos indígenas), pois precisam manter os vínculos com suas comunidades. Para solucionar este desafio, pensam em uma bolsa mobilidade. Também para a questão da moradia, a Universidade está pensando na construção de uma aldeia no litoral para os alunos receberem seus parentes. E sobre a questão das

bolsas, que acabam quando o aluno termina de cursar a faculdade, Ana pensa que é fundamental acompanhar este estudante que sai da universidade.

Ana conclui com algumas questões a serem pensadas: a do bem-viver com sua noção de sustentabilidade, que desafios esta noção impõe para a universidade? Pensar uma outra ecologia institucional, onde as posições dos sujeitos estão em redes. Que redes podem ser tecidas para facilitar a permanência e um bem-viver na universidade.

Para encerrar esta mesa, o professor Sergio chama Ailton Krenak, que diz dispensar qualquer apresentação pois todos o conhecem como líder indígena. E foi convidado especialmente para este momento de encerramento da mesa com sua fala de sabedoria!

Todos merecem, em algum momento, uma apresentação, é o que diz Krenak no início de sua palestra. Agradece a acolhida e diz que se sente agraciado tendo a oportunidade de estar em Porto Alegre e ter conhecido através do Sergio o programa Abya Yala e a referência de uma ideia indígena do continente americano. Para ele, conforme aprendido com os parentes kuna do Panamá, *abya yala* também poderia ser entendido como “mãe terra”, pensamento ameríndio que trata a terra com respeito, como uma entidade, um organismo vivo e que só recentemente o pensamento do Ocidente começou a pensar gaia como a terra sendo um organismo vivo, em ter sensibilidade, humor e eventualmente explodir com nossa falta de educação cuspidando as pessoas de algumas paisagens, através de furacões, tufões, tsunames e derramamentos de algumas barragens envenenadas esparramadas pelas paisagens. Agradece aos mestres presentes no seminário, que lutam pelos povos indígenas em várias situações e agora com as ações afirmativas no ingresso de indígenas nas universidades.

Krenak fala de outros povos que hoje chegam às universidades, lugares guardados por muito tempo para os filhos da casa grande, as escolas grandes. A elite brasileira sempre formou doutores fora do Brasil para dominá-lo, formando uma cultura e um estado colonialista. Este é um sistema imoral que discrimina as famílias, apresentando programas que só existem, como por exemplo o de ações afirmativas, porque há uma história de desrespeito e segregação com quem não nasceu na casa grande. Ailton lembra a todos que, no Brasil, quem nasce em uma aldeia,

num quilombo ou em uma favela já tem seu destino mais ou menos indicado. Pensa que os grandes centros urbanos são como núcleos de reprodução colonial e quem está no interior encontra muita dificuldade de se afirmar em suas potencialidades. Onde também estão as grandes universidades, que ainda têm o cacoete, conforme ele diz, de reproduzir esta colonização, ensinando seus filhos a perpetuar sistemas injustos como ordem divina. Lembra também que, na política, o Congresso Nacional, com a ação desta ordem divina pelos fanáticos religiosos, só reproduz esta baboseira colonial.

Por um lado, há lei que obrigue as ações afirmativas; por outro lado, existe uma prática de criminalizar e discriminar culturas outras. Estes comandos e estes preceitos coloniais levam as pessoas a viverem bem-sucedidos, muito diferente de bem-viver.

Krenak, a seguir, pede perdão a todos por estar fora do tom, porque neste dia está azucrinado pela falta de respeito das instituições que mandam no país e o que estão fazendo. Comovido, fala sobre um evento que aconteceu em Minas Gerais, uma empresa “que mais enche o rabo de dinheiro” deixou derramar sobre o Rio Doce uma barragem com lama venenosa que matou os peixes e que nesta manhã passou por sua aldeia. Este rio, que eles chamam de “*watu*”, é seu avô. Se sente ofendido e de luto!

Com estas palavras de desalento, encerra a mesa e sua participação.

Recebido em: 14/11/2015 * Aprovado em: 14/12/2015 * Publicado em: 31/12/2015